MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE SEUS DESDOBRAMENTOS NA SAÚDE PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.

DANIELA DE FIGUEIREDO MOITINHO CARDOSO*
CRISTINA MIYUKI HASHIZUME**

RESUMO

A presente pesquisa aborda as consequências da medicalização na educação a partir de uma reflexão sobre o uso de psicofármacos no controle de comportamentos considerados inadequados para o aprendizado escolar. A partir dessas consequências, refletiremos acerca dos desdobramentos na saúde pública e no debate sobre direitos humanos. Em estudo realizado a respeito dessa temática (CARDOSO, LIMA, HASHIZUME, 2018) discutimos os desafios da formação docente para modificar o uso excessivo de psicofármacos em diagnósticos errôneos que tratam comportamentos inadequados como transtornos. O **objetivo** deste artigo é discutir o papel do professor na garantia de práticas escolares diferenciadas que estejam em acordo com a valorização e respeito aos direitos humanos dos alunos. A partir das leituras realizadas; acreditamos que o professor tem papel decisivo na resolução de problemas de aprendizagem utilizando procedimentos pedagógicos, e não medicamentosos. O **método** utilizado no presente artigo foi bibliográfico por meio de análise de documentos e estado da arte sobre o tema. Utilizamos metodologia qualitativa a partir de análises referentes à legislação existente acerca do assunto, além de publicações realizadas por pesquisadores engajados no movimento do Fórum

* Graduada em Pedagogia pela UMESp. O artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso intitulado Medicalização: uma reflexão sobre a medicalização de crianças e o papel do professor, defendida em novembro de 2018, de autoria de Daniela de Figueiredo Moitinho Cardoso e Maria Tayná de Lima.

** Professora do Programa de Mestrado em Educação da UMESp.

de Medicalização da Vida e da Sociedade. A análise bibliográfica se fundamentou em trabalhos como teses, e artigos dos seguintes autores: Collares e Moysés (2013); Hashizume e Dietrich (2017); Viêgas (2014). A pesquisa possibilitou adentrarmos em uma temática promissora e de suma importância para a atualidade, tendo em vista sua parca discussão na educação. Entendemos que o educador pode auxiliar nessa nova realidade, sendo protagonista e mediador na construção de uma cultura da paz.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Medicalização

ABSTRACT

The present research deals with the consequences of medicalization in education based on a reflection on the use of psychotropic drugs in the control of behaviors considered unsuitable for school learning. From these consequences, we will reflect on developments in public health and the studies about Human Rights. In another study (CARDOSO, LIMA, HASHIZUME, 2018) we discuss the challenges of teacher training to modify the excessive use of psychotropic drugs in wrong diagnoses that treat inappropriate behaviors as disorders. This article aims to discuss the role of the teacher in guaranteeing differentiated school practices that are in accordance with the appreciation for students' human rights. From the readings made, we believe that the teacher has a decisive role in solving learning problems using pedagogical methods, not medication. The method used in this article was bibliographical studies and documents. We used the qualitative method through readings and analyzes of existing legislation on the subject, as well as publications made by researchers engaged in the movement of the Forum of Medicalization of Life and Society. The bibliographic analysis was based on thesis works, articles of the following authors: Collares e Moysés (2013); Hashizume and Dietrich (2017); Viêgas (2014). The research made it possible to enter into a new theme and of great importance for the present and that there are still few authors who discuss this subject in Pedagogy. We understand that the educator can help in this new views about it, being protagonist and mediator in the building of a culture of peace.

Key words: Education; Human rights; Medicalization

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo introdutório sobre o uso de medicamentos (psicofármacos) no controle de comportamentos considerados inadequados para o aprendizado escolar. Tal realidade tem sido debatida, analisada e mapeada em pesquisas de vanguarda sobre o tema desde os idos dos anos 2000. A partir da consequência do emprego dessa medicação refletiremos sobre as consequências do uso inadequado de psicofármacos, na saúde pública e no debate sobre direitos humanos. Em outra investigação (CARDOSO, LIMA, HASHIZUME, 2018) tivemos a oportunidade de discutir os desafios da formação docente para modificar o uso excessivo de medicamentos no tratamento de comportamentos inadequados, diagnosticados enquanto transtornos.

O objetivo deste artigo é discutir o papel do professor na garantia de práticas escolares diferenciadas que estejam em acordo com a valorização e respeito aos direitos humanos dos alunos, acreditando que desta forma, se garante a formação de novas gerações para a cultura da paz. O método utilizado no presente artigo foi bibliográfico sobre o tema e documentos já analisados em trabalhos anteriores, mas que serão aqui melhor detalhados no que se refere à cultura da paz.

Este trabalho será dividido em três partes. Na primeira, apresentaremos a legislação estudada a respeito do tema, posicionando-nos de maneira crítica ao uso indiscriminado de medicamentos por crianças com problemas de aprendizagem. Depois, faremos uma discussão sobre o conceito de Direitos Humanos a partir da abordagem dos autores, relacionando a exclusão escolar com práticas higienistas que não aceitam/ incluem todos os alunos em suas diferentes formas de aprendizagem (ZUCOLOTTI, 2007; MACHADO, 1996; PATTO, 1999; Schwarcz, 1993.).

E por fim; nosso artigo fará uma reflexão sobre os desdobramentos desse processo na saúde pública, uma vez que o discurso patologizante julga os alunos que não aprendem, rotulando-os como doentes que precisam de tratamento.

INTRODUZINDO O TEMA

Durante a pesquisa tivemos acesso à legislação municipal de cidades como Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro que contêm recomendações específicas contra o uso abusivo de medicalização em crianças e adolescentes em fase escolar.

No município de São Paulo a Lei 986/2014 regulamenta o uso de medicação em crianças. Na Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas segue-se o documento referendado por militantes da saúde referente ao protocolo de uso de Metilfenidato em crianças e adolescentes. Já na cidade do Rio de Janeiro encontramos a Resolução nº 177, de 11 de dezembro de 2015 que “dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização” (CONANDA, 2015, p.1), elaborada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

Oportuno destacar que o intuito desse artigo não é aprofundar na análise dos documentos e legislação, mas apenas estabelecer um contato com as principais informações sobre o que tange a educação.

A verificação dos documentos e legislação permitiu encontrar pontos em comum entre eles, como: o aumento de diagnósticos errôneos, bem como do uso de medicamentos psicofármacos em crianças e adolescentes; emprego de medicamentos controlados para resolver os problemas de aprendizagem. Constatamos também uma particularidade para o âmbito educacional: antes de recorrer ao uso de medicamentos é necessário ter a real proposta de atuação pedagógica que busque minimizar o aumento de diagnósticos apressados e quase sempre equivocados.

Nesse sentido, o medicamento, em nosso entendimento, deve ser visto como

adjuvante no estabelecimento do equilíbrio comportamental do indivíduo, aliado a outras medidas, como educacionais, sociais e psicológicas. Nesse sentido, recomenda-se proporcionar educação pública para diferentes segmentos da sociedade sem discursos morais e sem atitudes punitivas, cuja principal finalidade seja de contribuir com o desenvol-

vimento e a demonstração de alternativas práticas ao uso de medicamentos (SMS, 2015, p.5).

O sistema educacional tem potencialidade para auxiliar no conhecimento e esclarecimento da sociedade para que não ocorra a hipermedicalização de crianças e nem uma sociedade com mentalidade que valorize apenas tratamentos e diagnósticos biologicizantes. Do mesmo modo, vale ressaltar a formação dos professores como prática importante para a revalorização do trabalho docente enquanto atividade potencializada que pode reverter dificuldades na lida cotidiana escolar. A capacitação dos educadores possibilita que eles consigam valorizar seu conhecimento a ponto de oferecer uma estratégia que efetivamente modifique as questões levantadas atualmente apenas por áreas médicas.

DIREITOS HUMANOS E A MEDICALIZAÇÃO

Iniciados com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, os Direitos Humanos foram sendo desde então tema de discussão em diferentes contextos, dentre os quais, mais recentemente, a educação.

Alguns autores cujas pesquisas vão nos nortear conceitualmente na construção deste texto são: Comparato, Piovesan, Aquino, Araújo e Sayão et al (1997). Comparato (2018) traz à discussão o debate entre filosofia e a epistemologia dos Direitos Humanos, demonstrando que para entendermos a aplicação dessa área de conhecimento precisamos compreender definições básicas que são as chaves para a crítica dos direitos. Para tanto; o autor discute o conceito de Justiça, perpassando por debates sobre a ética e participação social, fazendo-nos refletir a partir da lógica da Justiça e não justiça coletiva.

Já Piovesan analisa os direitos humanos a partir da militância. Ao abordar a questão em “Temas de Direitos Humanos” (2004) o pesquisador faz um histórico desde a Revolução Francesa até as discussões atuais de políticas afirmativas, passando pela Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, um (talvez o mais) importante documento escrito coletivamente com o intuito de zelar pela ética e justiça em termos globais. Piovesan (2004) e

seus escritos nos ajudam a compreender que os direitos humanos devem ser universais, indivisíveis, garantir a exigibilidade e justiciabilidade, assegurar a igualdade de condição, liberdade de acesso a eles por meio do pluralismo de ideias.

Entre os autores da Educação que coadunam com uma visão inclusiva de direitos na educação são: Aquino (2000) e Araújo (2000), que desenvolvem em sua produção bibliográfica as relações entre ética e direitos humanos e sua aplicação no cotidiano educacional. Assim como Hashizume e Dietrich (2017), Aquino e Araújo (2000) também realizam análises a partir de projetos realizados *in loco* com o objetivo de se formar docentes e alunos para a cultura da paz, cumprindo o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na LDB, no ensino básico, como tema transversal. Quando se discute ética e formação humana nas escolas é possível fazê-lo pela interdisciplinaridade com disciplinas como português, matemática e biologia e, assim, trabalhar o tema sob os mais diferentes ângulos. Os autores reconhecem, porém, que o fato de os direitos humanos serem um tema transversal e não só uma disciplina ainda o coloca num plano secundário em relação ao conteúdo tradicional. Esses estudos nos provocam a pensar que direitos humanos não são só conhecimentos aprendidos a partir APENAS de livros ou aulas (destaque nosso). Nesse sentido, a educação a distância deve efetivamente lidar com um grande desafio: como problematizar tais questões de modo a trazer o aluno para o protagonismo social? Como fazê-lo dialogar e discutir sobre as questões da realidade não apenas individualmente, mas coletivamente, mediando a relação entre cidadão, instituições e Estado? Instrumentalizar o cidadão e o professor com questões de direitos humanos contribui para desenvolver no indivíduo o seu protagonismo. Empoderar esse sujeito a partir de discussões faz com que as pessoas partilhem de um senso coletivo de justiça, colaborando para organizar moções, petições populares, documentos direcionados ao Ministério Público, pensando na justiça social coletiva e não apenas em si próprio.

Trata-se de um grande desafio da atualidade, visto que nossa sociedade forma as novas gerações para o consumo, com-

petição e individualismo, o que é muito preocupante para nós, educadores. Nossa meta, como tutores que mediarão a formação dos estudantes, deve ser promover a sua identificação com o tema dos direitos e deveres e prepará-los a debater a cultura de paz a partir de situações concretas e cotidianas.

Os direitos humanos consistem em que todos tenham direitos específicos respeitados, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outro tipo de condição.

Os três primeiros artigos da Declaração sintetizam o que se considera fundamental para a humanidade: que todos as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação uma às outras com espírito de fraternidade; que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie (raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra condição); e que toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (CASTILHO, 2011, p.11)

Direitos irrefutáveis: a educação e a saúde.

No artigo 26º, a Declaração dos Direitos do Homem afirma que todos têm o direito à educação gratuita e que vise o pleno desenvolvimento do indivíduo. Já o artigo 25º rege que:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários. (UDHR, p.1).

Ao aprofundar a análise acerca desse sistema de normas e condutas, encontramos no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a seguinte declaração: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (BRASIL, 1990) – direitos fundamentais: educa-

ção, saúde, lazer, entre outros. As condições dignas de existência devem estar resguardadas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem deixa claro que todas as pessoas gozam do direito à vida e à segurança pessoal, o que, em nosso entendimento, não nos parece ser atendido nas situações de violência ou de discriminação porque passam crianças com diagnósticos de TDAH e déficit de atenção. Nos estudos levantados, fica nítido que o diagnóstico é realizado por exames clínicos:

O Boletim de Farmacoepidemiologia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) afirma que as estimativas de prevalência de TDAH em crianças e adolescentes bastante discordantes foram encontrados no Brasil, com valores de 0.9% a 26.8%. Nenhum exame laboratorial confiável prevê esse tipo de problema. (SMS,2015)

“Esse tipo de diagnóstico, bem com o diagnóstico de dislexia e outros transtornos afins, têm sido considerados controversos por inúmeros estudiosos. As dificuldades de escolarização necessitam ser bem fundamentadas, uma vez que estão associadas a conduta medicamentosa psicotrópica com metilfenidato, que além de produzir inúmeros efeitos colaterais objetivos, produz efeitos subjetivos de consequências imensuráveis sobre a autoestima da criança, pois deposita nela a principal causa de sua dificuldade escolar.” (SMS, S.A.)

Sendo assim, ferimos sua segurança pessoal e seu direito ao pleno desenvolvimento, pois também não se pode deduzir se o uso de medicamentos psicofármacos acarreta em novos problemas no futuro ou se existe remota possibilidade de novas doenças.

SAÚDE PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.

Os problemas futuros podem acarretar novas complicações que terão que ser cuidadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), gerando mais custos para os órgãos públicos. Estudos demonstram que os órgãos públicos compraram cerca de 1,5

milhão de comprimidos em 2011 e 1,1 milhão de unidades desse medicamento foram dispensadas no mesmo ano. O próprio Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade reconhece que o volume de aquisição de remédio foi grande, “totalizando, em cinco anos mais de 3 milhões de comprimidos de Metilfenidato dispensados pelo sistema público de saúde” (FÓRUM, 2014, p.3).

Como visto no capítulo sobre a legislação, há um consenso na elaboração de políticas públicas que informam a população sobre o uso abusivo e corrente de medicamentos controlados. Escolas e o sistema de saúde devem disponibilizar a toda a população recursos de informação, como palestras, oficinas, mesas redondas e outros que auxiliem nessas reflexões. Se formos pensar num longo prazo, faz mais sentido a promoção de uma nova mentalidade que consiga minimamente preparar alunos e professores a respeitar e lidar com a diferença de aprendizado escolar do que investir elevas somas de recursos financeiros na compra de remédios.

Estudos mostram não termos dados suficientes que demonstrem os problemas que podem afetar o desenvolvimento da saúde plena do ser humano, pois “como a medicação costuma ser retirada em torno dos 18 anos, esses jovens podem ser tornar adictos à cocaína na vida adulta, como modo de substituir a droga legal que tomaram por anos” (COLLARES, MOYSÉS, 2013, p.16). Por afetar todos os aparelhos e sistemas do corpo humano, com destaque para o nervoso central, o cardiovascular e o aparelho endócrino-metabólico (COLLARES, MOYSÉS, 2013 p.16), prevemos que, em longo prazo, será alta a possibilidade de adultos adoecidos pelo uso excessivo desses medicamentos, tendo seu prognóstico impactando diretamente a saúde pública.

Refletimos em como a educação poderia ser um instrumento para abordar essas questões de forma preventiva. O sistema educacional pode ser o protagonista – trazer à tona essa temática e auxiliar a sociedade a buscar outras formas de auxílio às crianças com problemas de aprendizagem, antes de inseri-las na via medicamentosa. Dar aos alunos e pais a possibilidade de escolha em relação ao uso de medicamentos é oferecer-lhes a

orientação necessária para que eles sejam poupados de futuras sequelas ainda não imagináveis no aprendizado futuro.

Uma alternativa efetivamente possível é a construção, junto com a “comunidade escolar [de] uma participação da vida democrática, problematizando os direitos e responsabilidades da sociedade, através de uma educação integral para a construção de uma nova ética inclusiva e mais tolerante com as diferenças”. (DIETRICH, HASHIZUME, 2017, p.131). Do mesmo modo, na sala de aula, os educadores têm contato direto com as diferenças existentes na aprendizagem, enxergam as dificuldades e problemas na educação. Acreditamos que por meio de uma organização educacional que vise abordar essas diferenças com um olhar além das dificuldades, poderíamos modificar essa estrutura que vem se formando ao longo dos anos de medicalizar nossas crianças e adolescentes que têm modos de aprendizados diferentes da média.

Ao pensar em políticas públicas educacionais coerentes; que considerem os contextos social, cultural, econômico e familiar; nos quais a escola está inserida é importante levar em conta a formação e valorização de professores, que com grande frequência atuam em mais de uma escola. Da mesma forma é necessário ter em mente o universo dos alunos. Ao invés de dopá-los precisamos de políticas e projetos, assim como os descritos no início deste artigo, em que aluno, pais e docentes passem a ser protagonistas nesse processo. Ao construir tal espaço constata-se vários fatores a serem pensados, refletidos, analisados e mudados para que possamos alcançar uma proposta educacional que não fira os direitos humanos de nenhuma pessoa, seja criança, adolescente, jovem ou idoso.

Portanto, a atual maneira de medicar as crianças e jovens já vem sendo considerado como um problema de saúde pública, restringindo os direitos humanos desses alunos, uma vez que medicar o problema de aprendizagem, em primeiro lugar, é excluir e não aceitar diferentes modos de aprendizagem dos diferentes alunos; em segundo lugar, também é não respeitar a dignidade e a potencialidade dessas crianças que se encontram no processo de aprendizagem de diferentes saberes e conhecimentos.

No que se refere à saúde pública, o excesso de medicação de crianças em fase de desenvolvido têm preocupado movimentos sociais acadêmicos de diversas áreas da saúde no que se refere às possíveis sequelas do uso de psicofármacos no controle de comportamentos de crianças. Ainda, o discurso medicalizante sobre os problemas de aprendizagem tem congestionado a procura de serviços de saúde (pediatria, psicologia, consultórios psicopedagógicos, neuropediatras e neuropsicólogos) no sentido de buscar respostas orgânicas ao comportamento considerado inadequado do aluno e da família. É sobre esse processo que iremos refletir no presente artigo.

HIGIENISMO

No capítulo “A saúde pública e os direitos humanos” discutimos o alto custo dos órgãos públicos para a produção e distribuição de medicamentos psicofármacos. Soma-se a isso o fato de que a medicalização altera a ordem na explicação dos problemas de aprendizagem. Ao afirmar que a causa deles está ligada às questões de saúde, genéticas e que precisam ser curadas/prevenidas para que a criança possa ser reinserida na escola está-se invertendo a lógica correta da escola – que deveria ser includente. Nesse caso é preciso alterar o seu funcionamento para acolher a diversidade e as novas formas de receber o aluno com deficiência. Ao invés disso, empiricamente parece-nos que estamos retrocedendo ao processo higienista que culminou no “consentimento da sociedade, que delega à medicina a tarefa de normatizar, legislar e vigiar a vida” (COLLARES, MOYSÉS, 2008, p.1).

Esse mesmo higienismo que queria “limpar” os riscos de contaminação sanitária, a princípio por doenças físicas e mentais, passa a imperar hoje em todos os setores e frentes afastando das escolas crianças que tenham algum tipo de comportamento fora do padrão. Nesse aspecto, autores entendem que tal prática é uma forma de “banir” também os comportamentos considerados inadequados na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ENSAIO

Vivemos numa sociedade em que tudo que é diferente, na qual tudo foge à normalidade e que mesmo assim transformou “em doença, em problema biológico e individual” (COLLARES, MOYSÉS, 2008, p.3). Do mesmo modo, o sofrimento, o luto, a tristeza, os sentimentos da vida humana estão sendo abordados de forma apenas biológica, o que remete a uma culpabilização individual. Com tal associação patologizante, esquecemos que a vida está inserida em contextos social, político, educacional e cultural que contraditoriamente influenciam no processo de formação do ser humano.

O termo medicalização da vida e da educação nasce desse processo de transformar as “questões sociais, humanas, em biológicas” (MOYSÉS, 2008, p.3), numa simplificação de um processo que nada tem de simples: é multideterminado, multifacetado, exige uma visão mais crítica e abrangente sobre o seu multideterminismo.

No campo de atuação educacional os comportamentos que saem do que é tido como normal devem ser sanados por intermédio dos profissionais da área da saúde, como médicos pediatras, psiquiatras, neurologistas. Mas, ao contrário, constata-se grande insistência em buscar algo de biológico, de errado no funcionamento e no desenvolvimento dos que são diferentes. Ou seja, estamos à procura do culpado pelos problemas de aprendizagem existentes em nossas salas de aula e na maioria das vezes esse culpado tem sido a própria criança.

É necessária a promoção de avanços na implementação de dispositivos de suporte baseados em uma lógica mais coletiva e que envolva toda a comunidade escolar, com investimento permanente em mecanismos que garantam a efetivação de propostas e programas condizentes com tais pressupostos. Mas para isso a comunidade deverá estar ciente de seus direitos e deveres e ser protagonista desse processo.

Numa sociedade em que estão inventando as doenças do “não aprender” (COLLARES, MOYSÉS, 2013, p.15), o âmbito educacional tem a oportunidade de auxiliar nessa mudança. Ao formar nas séries iniciais novas gerações de docentes mais

sensíveis em relação aos diferentes modos de aprendizado e funcionamento modifica-se a visão patologizante a respeito dos alunos que fogem à média. Como explicam Collares e Moysés,

Parece-os chegado o momento de a educação assumir que estas questões são importantes e pertinentes também à escola, incluindo-as dentro de uma perspectiva histórica nos cursos de formação dos professores” (1985, p.15).

É necessário que o sistema escolar – gestores, professores, coordenadores pedagógicos – lance um olhar diferente sobre o uso de psicofármacos nas crianças e que possibilite acesso a informações sobre o uso abusivo a toda a comunidade escolar.

Os alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem considerados na sua diversidade, seja em seus comportamentos, seja no ritmo da aprendizagem. A escola é demandada por sua clientela para que seja capaz de criar instrumentos que ajude os alunos a serem capazes de conduzir a própria vida; em uma sociedade na qual a construção de si é fundamental para dominar seu destino. De todo modo os, espaços educacionais devem ser compreendidos como múltiplos, ultrapassando os muros das escolas e atingindo outros espaços de referência, como organizações sociais, movimentos sociais. O Movimento da Medicalização, dentro desse cenário, nos demonstra que é no debate coletivo em que se constroem novas formas de enfrentar as dificuldades de aprendizagem que surgem na escola; é na escola, locus privilegiado de debates, que devemos inserir debates coletivos para problematizar o uso de psicofármacos e construir novas estratégias para trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Através do protagonismo de alunos, docentes, pais e comunidade escolar do entorno é que soluções criativas podem ser construídas com a ajuda dos educadores, de modo a pensar o aprendizado, mas, e também, o bem estar do futuro cidadão que está em formação.

Promover o protagonismo e autonomia aos educandos, público-alvo da educação especial e com dificuldades/trans-

tornos de aprendizagem, por meio de um projeto pedagógico realmente inclusivo é um desafio para toda a comunidade escolar. O desafio desse projeto transcende as definições citadas sobre o protagonismo, pois requer promover a autonomia dos atores escolares dentro da proposta inclusiva – alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e com transtornos/dificuldades de aprendizagem. Nessa linha de proposição seus pais são incentivados a participar de um processo de ressignificação de si, da sua dificuldade, das políticas públicas que possam estar disponíveis a eles. Isso requer um trabalho a partir de projetos voltados a elevar a autoestima dos alunos, quase sempre alvos da visão estereotipada.

Necessário e oportuno mencionar que mesmo quando há um quadro orgânico o sujeito é sempre mais do que a doença, e cabe à sociedade reconhecer e respeitar essa peculiaridade. É importante enfatizar sempre as potências e habilidades existentes no educando – e não apenas suas limitações. Sendo assim, resgatar esse sujeito como aprendente, capaz, potente, é fundamental para construir uma visão saudável e inclusiva sobre o aluno com necessidades especiais. O cuidado com o olhar, agora menos patologizante, também torna mais rigorosa a categorização e o cuidado a esse alunado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> (acesso 11/10/2018)
- CASTILHO, R. **Direitos Humanos**. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Educação ou saúde? Educação X Saúde? Educação e saúde!** Cadernos Cedes, São Paulo: Cortez/ Cedes, n.15, 1985.
- COMPARATO, F.K. **Fundamento dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/comparato_fundamentos_dh.pdf. Acesso 06 fev 2019.
- PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas Da Perspectiva Dos Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Acesso 16 dez 2018.
- DIETRICH, Ana Maria; HASHIZUME, Cristina Miyuki (organizadores). **Direitos humanos no chão da escola: Um sonho possível** – Santo André, SP, Universidade Federal do ABC, (Coleção Transversalidades EDH). 2017

FÓRUM SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. **Dossiê sobre medicalização da educação e da sociedade**. s.l.: s.d. Disponível em: <<http://medicalizacao.org.br/dossie-sobre-medicalizacao-da-educacao-e-da-sociedade/>> Acesso 19/05/2018.

UDHR, **Declaração Universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso 11/10/2018.

MACHADO, A.M. Reinventando a avaliação psicológica. Data da defesa. Número de folhas. [tese], Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1996.

MOYSES, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Artigo Controle e medicalização da Infância. **Temas em destaque**. número 1, ano 1, dezembro 2013 Disponível em: <<https://revistas.ufrrj.br/index.php/desidades/article/viewFile/2456/2090>>. Acesso 11/09/2018.

MOYSES, Maria Aparecida Affonso. **A medicalização na educação infantil e no ensino fundamental e as políticas de formação docente**. Palestra proferida na 31ª Reunião anual da Anped. 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/4sessao_especial/se%20-%2012%20-%20maria%20aparecida%20affonso%20moyses%20-%20participante.pdf> Acesso 11/08/2018). PATTO, M.H.S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estud. Av.* São Paulo, 1999;35(13).

PIOVESAN, Flavia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. **Sur, Rev. int. direitos humanos**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 20-47, 2004

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras; 1993.

SECRETARIADO MUNICIPAL DE SAÚDE, **Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para publicação de protocolos municipais e estaduais de dispensação de metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes**, 2015, s.l. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20para%20Prevenir%20excessiva%20Medicaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Crian%C3%A7a%20e%20Adolescentes.pdf>>. Acesso 07/07/2018.

SECRETARIADO MUNICIPAL DE SAÚDE. **Protocolo de uso de Metilfenidato**, Campinas, sem ano. Disponível em: <http://www.saude.campinas.sp.gov.br/assist_farmaceutica/Protocolo_Metilfenidato.pdf>. Acesso 08/10/2018.

ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**[online]. 2007, vol.17, n.1.

Minicurriculo:

Cristina Miyuki Hashizume - Doutora em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UMESp. Orientadora do trabalho. Cristina.hashizume@metodista.br

Daniela de Figueredo Moitinho Cardoso - Graduada em Pedagogia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); possui experiência em gestão na educação infantil e educação fundamental (séries iniciais- ciclo um). E-mail para contato: moitinho_dani@hotmail.com